



EccoS Revista Científica

ISSN: 1517-1949

ISSN: 1983-9278

eccos@uninove.br

Universidade Nove de Julho

Brasil

da Costa Britto Pereira Lima, Daniela; Morosov Alonso, Kátia
QUALIDADE E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: DO REFERENCIAL TEÓRICO À SUA PROPOSIÇÃO
EccoS Revista Científica, núm. 51, 2019, Outubro-
Universidade Nove de Julho
Brasil

DOI: <https://doi.org/10.5585/EccoS.n51.15250>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71566554010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

QUALIDADE E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: DO REFERENCIAL TEÓRICO À SUA PROPOSIÇÃO

QUALITY AND DISTANCE EDUCATION: FROM THE THEORETICAL FRAMEWORK TO ITS PROPOSITION

Daniela da Costa Britto Pereira Lima

Doutora em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento,
Universidade Federal de Goiás – UFG. Goiânia, Goiás – Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1075-2113>

daniela_lima@ufg.br

Kátia Morosov Alonso

Doutora em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT.
Cuiabá, Mato Grosso – Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7125-664X>

katia.ufmt@gmail.com

RESUMO: Este estudo possui como objetivo geral identificar características, necessidades, problemas e fatores fundamentais da educação a distância (EaD), da qualidade de um modo geral e, especificamente, da qualidade na educação superior a distância. A pesquisa, do tipo bibliográfica e documental, utilizou a abordagem qualitativa de coleta de dados em documentos elaborados no período 2009 e 2017, e foi realizada em repositórios nacionais e internacionais. Os resultados permitiram construir uma lente teórico-conceitual acerca da EaD na educação superior (ES) e de sua qualidade, além de contribuir para a elaboração das dimensões e indicadores dessa oferta, em níveis meso e micro de qualidade, favorecendo o empoderamento dos atores interessados e colaborando para a formação de sua agenda política, social e acadêmica.

PALAVRAS-CHAVE: Qualidade Social. Educação superior e a distância. Indicadores.

ABSTRACT: This study aims to identify features, needs, problems and fundamental factors of distance education (DE), quality in general and, specifically, quality in distance higher education. The research, of bibliographic and documentary type, used the qualitative approach to data collection in documents elaborated between 2009 and 2017, and was carried out in national and international repositories. The results allowed to construct a theoretical-conceptual lens about DE in higher education (HE) and its quality, besides contributing with the elaboration of dimensions and indicators at meso and micro quality level for this offer, favoring the empowerment of the interested actors and contributing in the formation of its political, social and academic agenda.

KEYWORDS: Social quality. Higher education and distance education. Indicators.

1 Introdução

Este estudo faz parte de pesquisa de pós-doutorado desenvolvida entre os anos de 2018 e 2019, e busca, a partir de levantamento bibliográfico, estabelecer uma lente teórico-conceitual sobre a qualidade na educação a distância. Tem como base os conceitos de qualidade social, e sua análise e desenvolvimento contemplam dimensões e indicadores de níveis meso e micro.

Aprofundar um estudo acerca da qualidade da educação superior e a distância justifica-se por três elementos fundamentais: (i) a expansão vertiginosa e privatista da modalidade; (ii) a mudança acelerada da (des) regulamentação da EaD no Governo Temer (2016-2018); (iii) a contribuição para o alcance da meta 12 do Plano Nacional de Educação (2014-2024). Com relação ao item (i), a expansão vertiginosa e privatista da modalidade entre 2002 e 2016 viu o número de matrículas na EaD saltar de 40.714 para 1.494.418 (BRASIL, 2002; 2016). Porém, se em 2002 havia mais matrículas na esfera pública (34.322 contra 6.392 da privada), em 2016 houve uma inversão nesse quadro, com a predominância da esfera privada (1.371.817 contra 122.601 das públicas).

No que diz respeito ao item (ii), assistiu-se durante o Governo Temer (2016-2018) à alteração do Decreto nº 5622/2005, que regulamentava a educação superior e a distância; à edição da Portaria MEC nº 11/2017, que estabelece o seu credenciamento e oferta; resoluções que dispõem sobre a oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* em EaD, dentre outras. Todas essas legislações põem em risco a qualidade da oferta de cursos a distância e o seu papel na democratização do ensino com qualidade (OLIVEIRA; LIMA, 2018). Finalmente, o item (iii) ressalta a importância da contribuição da modalidade para elevar, com qualidade, a taxa bruta da matrícula na educação superior em 50%, conforme previsto na meta 12 do PNE.

Considerando, portanto, a multidimensionalidade do termo qualidade e o impacto da regulação sobre ela, este estudo procura explicitar o sentido e a dimensão da qualidade de EaD na ES e como se estabelece a sua intencionalidade, pensando no desafio de propor indicadores. Neste artigo, a qualidade é entendida para além do que é determinado pelos organismos multilaterais, reafirmando-se princípios de que educação é

bem público, direito social e dever do Estado, sendo compreendida em sua dimensão social e pública, garantindo a democratização do acesso e permanência de estudantes em cursos EaD (DIAS SOBRINHO, 2010).

O presente texto está estruturado em três seções: a primeira trata da metodologia utilizada para o levantamento bibliográfico; a segunda cuida do sentido e da intencionalidade da educação superior a distância; e, por fim, a terceira que traça uma lente teórico-conceitual de qualidade na EaD, propondo dimensões e indicadores em nível meso e micro, segundo uma perspectiva de qualidade social, levando em conta o levantamento realizado.

2 Levantamento bibliográfico, corpus da pesquisa e sistematização dos dados

O levantamento bibliográfico foi realizado em seis (6) repositórios nacionais – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Portal de Periódicos Capes, Anais dos Encontros Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e Anais dos Simpósios Brasileiro da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae) – e em quatro (4) internacionais – Scientific Eletronic Library Online (SciELO), Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), Dipòsit Digital de Documents de La UAB/ Universidade Autònoma de Barcelona/ DDD/UAB Espanha e ERIC (Education Resources Information Center).

A ANPEd e a Anpae representam as duas maiores associações da área da pesquisa em educação no Brasil e seus respectivos sites abrigam trabalhos que tratam da EaD e de sua qualidade separadamente. Apesar disso, nenhum dos 84 trabalhos encontrados no site da Anpae foi selecionado como material desta pesquisa, enquanto no da ANPEd foram considerados apenas dois (2) de um total de 23 artigos. Em alguns repositórios não foi possível selecionar os trabalhos por serem pagos e de acesso restrito, o que, com certeza, prejudica e limita a pesquisa científica.

Estabeleceu-se o período de 2009 a 2017 para a coleta dos materiais/ trabalhos, combinando os termos de busca por meio do operador *booleano*

“AND” entre os descritores, pois esperava-se que aqueles que seriam selecionados para a busca deveriam estar presentes em todos os artigos, restringindo a amplitude da pesquisa. A busca usou os descritores “educação a distância AND qualidade AND indicadores” para os repositórios nacionais e dois grupos de descritores para os repositórios internacionais: “*distance education AND quality AND indicator AND e-learning*”; “*educación a distancia AND e-learning AND calidad AND indicador*”. Apesar de o período da pesquisa ter 2017 como ano limite, foram considerados alguns trabalhos de 2018 que apareceram nas buscas por conta de sua relevância.

Em suma, foram encontrados 1.021 trabalhos e, desses, selecionados 81, com a seguinte distribuição:

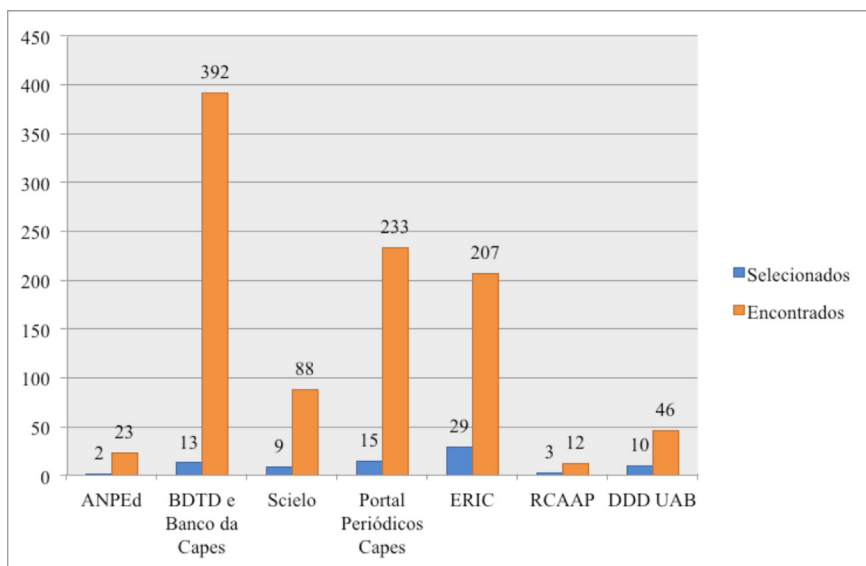


Figura 1: Número de trabalhos selecionados por repositório pesquisado

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base no levantamento bibliográfico.

Observa-se que os 343 repositórios do BDTD e os 49 do Banco de Teses e Dissertações da Capes (49) apresentaram juntos o maior número de trabalhos selecionados e em português, enquanto o ERIC trouxe o maior número de trabalhos selecionados e, em sua maioria, publicados em

inglês. Entre todos os trabalhos, foram selecionados 35 em português e 46 em inglês e espanhol juntos. O gráfico da Figura 2 a seguir mostra os tipos de trabalhos encontrados.

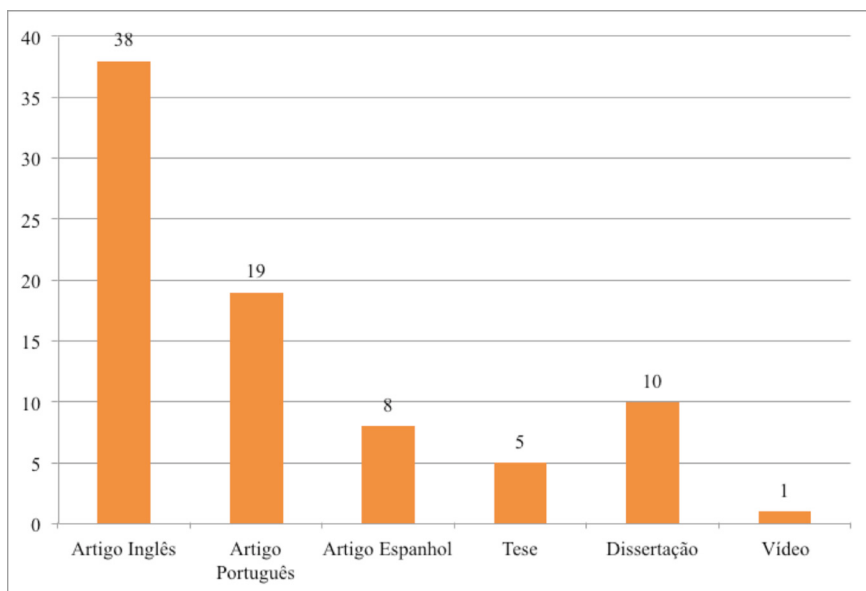


Figura 2: Tipos de trabalhos selecionados

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base no levantamento bibliográfico.

Grande parte dos trabalhos é constituída por artigos científicos (a maioria deles em inglês), seguido de dissertações, teses e um (1) vídeo cuja data de edição não pôde ser identificada. O número de publicações selecionadas por ano pode ser conferido no gráfico da Figura 3 a seguir, que mostra o incremento delas em 2009, 2010, 2012, 2013 e 2016.

Quando observados os países de vínculo dos autores dos trabalhos internacionais, observa-se maior incidência da Espanha (13), seguida dos Estados Unidos (8), Reino Unido (5), Turquia (5), China e África do Sul (3) e outros países com um ou dois vínculos, como Canadá, Portugal, Índia, Indonésia, Irlanda, Japão, Malásia, Mongólia, Nova Zelândia, Paquistão, Sérvia, Suécia, Suíça e Zimbábwe. Essa variedade de víncu-

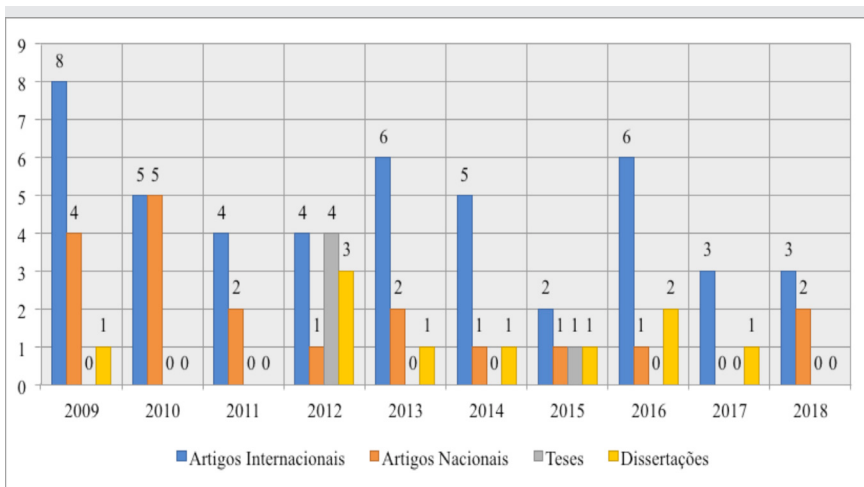


Figura 3: Quantidade de trabalhos acadêmicos selecionados por ano e tipo

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base no levantamento bibliográfico.

los institucionais demonstra que existe uma diversidade de estudiosos de variadas etnias e culturas pesquisando e estudando a EaD e suas relações com a qualidade.

No Brasil, a maioria dos trabalhos é da região Sul (5), seguida do Nordeste (4), Sudeste (3) e Distrito Federal (2). As regiões Centro-Oeste e Norte não tiveram nenhum trabalho selecionado.

O Quadro 1 a seguir traz o resumo das tendências dos estudos publicados nos repositórios pesquisados. Conforme o Quadro 1, a maioria dos textos cujos autores possuem vínculos com países de língua estrangeira considera a qualidade na EaD como instrumento de busca de aprimoramento, satisfação do estudante (tido muitas vezes como cliente), produtividade, em nome da competitividade, da performatividade e do individualismo, e em detrimento do processo formativo. Ou seja, poucos tratam a qualidade na EaD como justiça ou qualidade social, em que a pertinência e a relevância social são importantes, sem o rompimento da comunicação com a comunidade educativa (DIAS SOBRINHO, 2010).

Repositórios	Selecionados	Tendências Gerais
ANPED	2	Os trabalhos encontrados tratam, em sua maioria, da EaD de forma separada da temática da qualidade. A tendência é tratar do conceito de qualidade e da agenda para a EaD até 2020.
BDTD e Banco da Capes	13	Os trabalhos tratam da relação EaD e qualidade, com perspectivas voltadas para a análise de indicadores, instrumentos e atributos.
Scielo	9	Alguns textos tratam de EaD, qualidade e indicadores de forma isolada como contribuição para a construção de conceitos. Os textos que tratam da relação entre os dois objetos (EaD e qualidade) possuem como foco a análise da qualidade e os indicadores.
Portal Periódicos Capes	15	Os textos tratam da relação qualidade e educação a distância e a maioria deles possui foco na mensuração, nos modelos, nos referenciais, nos fatores e na avaliação desses elementos.
ERIC	29	A maioria dos trabalhos considera a qualidade relacionada à EaD como estratégia para a conquista de espaço, competição, serviço e <i>benchmarking</i> . Poucos trabalhos a tratam como justiça social e fator de desenvolvimento.
RCAAP	3	Os textos pensam a EaD relacionando a qualidade com referenciais e indicadores. Relacionam ainda qualidade e EaD.
DDD UAB	10	Os estudos relacionam a qualidade e a EaD em uma perspectiva de avaliação e indicadores, porém, a maioria dos textos apresenta tons de satisfação, tais como competitividade e produtividade.

Quadro 1: Quantidade de trabalhos selecionados por ano e tipo

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base no levantamento bibliográfico.

Nos próximos itens, serão analisados, nos textos selecionados e em outros documentos, o conceito e os usos de nomenclaturas relacionadas à oferta da educação a distância e ao conceito de qualidade social na EaD. A partir desse conceito, serão estabelecidas a sua relação com as propostas de indicadores.

3 Educação a distância: entre nomenclaturas e regulamentações

Ao tratar de métodos de estudo da educação a distância, Saba (2015, p. 153) pontua que esse é um campo “[...]de natureza complexa, pois é composto de constructos oriundos de uma variedade de áreas acadêmicas, além de seus próprios conceitos, constructos e teorias de base”. Sobre os conceitos fundamentais que envolvem as diversas nomenclaturas para se referir à educação a distância, cita o resultado de duas pesquisas: na primeira delas, os participantes foram convidados a definir e descrever os atributos dos termos educação a distância, *e-learning* e aprendizagem *online*. As respostas, porém, foram conflitantes, com grandes diferenças entre os significados, demonstrando que a falta de entendimento comum de conceitos fundamentais dificulta a classificação e a seleção dos resultados e a colaboração entre os estudiosos internacionalmente. Na segunda pesquisa foi feita uma análise exaustiva de *e-learning*, cuja conclusão apontou que o termo é confuso e que os autores pesquisados possuem visões básicas equivocadas sobre como a EaD está definida.

Mill e Oliveira (2014), em pesquisa realizada em 83 teses publicadas no Brasil, constataram que, entre as que tinham a EaD como objeto, a maioria referia-se à modalidade utilizando a nomenclatura educação a distância, seguida pelas denominações ensino a distância e educação *online*. Entre todas as teses, apenas três fizeram uso do termo *e-learning*. Pode-se dizer que, ao contrário do que ocorre em outros países, no Brasil a EaD não tem apresentado nomenclaturas diversas, inclusive as que são utilizadas nas regulamentações, a saber: educação a distância, método não presencial e semipresencial, e metodologia a distância.

Como já salientado anteriormente, a denominação educação a distância aparece pela primeira vez na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que em seu Art. 80 destaca: “[...] o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” (BRASIL, 1996, grifo nosso). Para regulamentar o referido artigo, o Governo Federal foi esta-

belecendo uma série de normas para sua oferta. O Art. 1º do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta a EaD, a conceitua como

[...] a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017).

Apesar de haver discordâncias entre pesquisadores da área, a EaD é citada na maioria das regulamentações como modalidade de ensino (tal como no Decreto nº 9.057/2017, na Resolução CNE nº 1/2016 e na Portaria MEC nº 4.059/2004), e em poucos deles, como método ou metodologia (Portarias MEC nº 2.253/2001 e nº 1.428/2018). Todavia, a nomenclatura mais utilizada tem sido educação a distância.

Outra normatização do Art. 80 da LDB/1996 diz respeito à Portaria MEC nº 1.428/2018 que rege a oferta de disciplinas a distância em cursos presenciais e que sofreu mudanças ao longo da trajetória da implantação da EaD no país, como se pode ver no Quadro 2 na próxima página.

Alonso (2010) e Lima e Assis (2018) defendem que as regulamentações da educação superior em EaD têm sido utilizadas como estratégia para sua expansão, principalmente na esfera privada. Mas, conforme observado anteriormente, desde o Governo Temer (2016-2018) e agora no Governo Bolsonaro (2019), as regulamentações implementadas têm demonstrado uma tendência para a ampliação do mercado educacional privado, e não como forma de democratizar o acesso e a inclusão com qualidade social. Trata-se, na verdade, de desregulamentações.

O último Censo da Educação Superior (2018) corrobora essa assertiva, pois os dados levantados mostram que as matrículas na educação superior sofreram um aumento entre 2016 e 2017 na modalidade a distância (público e privada) e queda na modalidade presencial privada conforme Tabela 1 na página a seguir.

Portaria	nº 2.253, de 18 de outubro de 2001 REVOGADA	nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004 REVOGADA	nº 1.134, de 10 de outubro de 2016 REVOGADA	nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018 EM VIGOR
Terminologia	Método não presencial	Modalidade semipresencial	Oferta na modalidade a distância	Metodologia a distância em cursos de graduação presencial
Trechos	Art. 1º As instituições de ensino superior [...] poderão introduzir [...] a oferta de disciplinas que, em seu todo ou em parte, utilizem método não presencial . § 1º As disciplinas a que se refere o caput [...] não poderão exceder a vinte por cento do tempo previsto para integralização do respectivo currículo.	Art. 1º As instituições de ensino superior poderão introduzir [...] a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semi-presencial . § 2º Poderão ser ofertadas as disciplinas referidas no caput, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20 % [...] da carga horária total do curso.	Art. 1º As instituições de ensino superior [...] poderão introduzir [...] a oferta de disciplinas na modalidade a distância . § 1º As disciplinas referidas no caput poderão ser ofertadas, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20% [...] da carga horária total do curso.	Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a oferta de disciplinas com metodologia a distância em cursos de graduação presencial ofertados por Instituição de Educação Superior. Art. 2º As IES [...] poderão introduzir a oferta de disciplinas na modalidade a distância [...] até o limite de 20% [...] da carga horária total do curso. Art. 3º O limite de 20% [...] poderá ser ampliado para até 40%.

Quadro 2: Portarias que tratam da oferta de disciplinas a distância em cursos presenciais no Brasil

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base nas portarias citadas (grifos nossos).

Tabela 1: Matrículas na educação superior

Redes de Instituições de Educação Superior Matrículas			
Pública		Privada	
Presencial	EaD	Presencial	EaD
2016			
1.867.477	122.601	4.686.806	1.371.817
2017			
1.879.784	165.572	4.649.897	1.591.410
Porcentagem entre 2016 e 2017			
0,7%	35%	-0,8	16%

Fonte: Elaborada pelas autoras, com base em dados do Inep (BRASIL, 2018).

Mesmo considerando que as políticas públicas e as regulamentações possam contribuir para a expansão da EaD com vistas à ampliação de sua oferta com qualidade ou não, a preocupação do Brasil em regulamentar a modalidade tem alcançado boa repercussão. Comparativamente, alguns países ofertam cursos a distância apesar de não possuírem regulamentação específica para a modalidade, o que talvez justifique a gama de nomenclaturas utilizadas, tais como *e-learning* (SANGRÀ; VLACHOPOULOS; CABRERA, 2012), educação aberta (AIRES, 2016), educação híbrida (*b-learning*) (MONTEIRO; MOREIRA, 2013), educação móvel (*m-learning*) (SHARPLES *et al.*, 2009).

De acordo com Carlsen *et al.* (2016), os estudantes dependem de programas de educação em tempo parcial e contínuo para cursar o ensino superior, e, por isso, são extremamente afetados por enquadramentos jurídicos desfavoráveis. Porém, conforme os autores, as políticas que orientam o desenvolvimento das provisões de EaD no ensino superior são pouco frequentes, tanto que nos estudos de caso realizados por eles em cinco países, nenhum possuía política nacional de educação a distância implementada, conforme mostra o Quadro 3 a seguir.

Finland	No specific policy on distance education in higher education. No separate open or distance teaching universities.
Germany	No specific policy on distance education in higher education.
Greece	No specific policy on distance education in higher education. Mentioned in the 'Education and Lifelong Learning' policy.
Hungary	No specific policy on distance education in higher education. On the master's level, no distance education at all. No laws mentioning e-learning.
UK	No specific policy on distance education in higher education, but laws exist that influence it indirectly e.g. Common quality assurance (QA) framework for higher education

Quadro 3: Estrutura de políticas existentes ou aplicadas à EaD

Fonte: Carlsen *et al.* (2016, p. 54).

Embora muitas nomenclaturas estejam relacionadas à atividade a distância do processo de ensino-aprendizagem, destacam-se aqui aquelas em que se sobressaíram de alguma forma no levantamento bibliográfico, sejam trabalhadas em suas concepções, seja pela frequência com que apareceram. No Quadro 4 destacam-se os conceitos que emergiram das nomenclaturas e que são defendidos neste estudo.

Nomenclatura	Conceito-chave
Educação a Distância	“Maneira/modo de organizar o processo educativo, contemplando sua principal característica: professores e alunos não estarem face a face durante todo o tempo da formação” (ALONSO, 2010, p. 1326). Com base no Relatório da Comissão Assessora para a Educação Superior a Distância, Nascimento e Carnielle (2007, p. 87) definem a EaD como: “[...] atividade pedagógica que é caracterizada por um processo de ensino-aprendizagem realizado com mediação docente e a utilização de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes e tecnologias de informação e comunicação”.
E-learning	“ <i>E-learning</i> é uma abordagem de ensino e aprendizagem [...] que se baseia no uso de meios e dispositivos eletrônicos como ferramentas para melhorar o acesso à formação, comunicação e interação e que facilita a adoção de novas formas de compreender e desenvolver a aprendizagem” (SANGRÀ; VLACHOPOULOS; CABRERA, 2012, p. 152, tradução nossa). “Aprendizagem Eletrônica (<i>e-learning</i>) é a educação baseada em métodos modernos de comunicação, incluindo o computador e suas redes, vários materiais audiovisuais, mecanismos de busca, bibliotecas eletrônicas e sites, sejam eles realizados em sala de aula ou a distância” (AJMERA; DHARAMDASANI, 2014, p. 90, tradução nossa).
Educação Aberta	Apoiada em Peters (2008), Aires (2016, p. 258) define: “A Educação Aberta é um dos movimentos educativos mais importantes do séc. XXI. [...] Tendo por base, entre outros, a convergência e evolução dos recursos educativos abertos, do <i>software</i> livre, do livre acesso, dos MOOCs, da ciência aberta e de um conjunto de mudanças sociais e econômicas, a matriz deste movimento ultrapassa o mero acesso a conteúdos e recursos e associa-se a uma nova filosofia educativa”.
Educação híbrida (<i>blended learning</i>)	“Mais do que integrar momentos presenciais e não presenciais, entendemos [...] que o <i>blended learning</i> é uma estratégia dinâmica que envolve diferentes recursos tecnológicos, diferentes abordagens pedagógicas e diferentes espaços (formais e informais)” (MONTEIRO; MOREIRA, 2013, p. 33).
Educação Móvel (<i>mobile learning</i>)	“Os processos (pessoais e públicos) de vir a conhecer através da exploração e conversação em vários contextos, entre pessoas e tecnologias interativas” (SHARPLES <i>et al.</i> , 2009, p. 5, tradução nossa). Para desenvolver na educação formal é necessário que se tenha: acesso à tecnologia, tecnologia móvel, conectividade com compartilhamentos e integração de projetos móveis no currículo (p. 7).

Quadro 4: Nomenclaturas de oferta de cursos/formação a distância e conceitos

Fonte: Elaborada pelas autoras, com base nos autores citados no quadro.

Mesmo tendo clareza sobre a diversidade de nomenclaturas e termos que expressam a oferta da formação a distância, acolhe-se nesta pesquisa a de educação a distância por figurar na maioria dos estudos nacionais selecionados no levantamento e por ser a terminologia utilizada nas regulamentações no Brasil. Além dos conceitos de Alonso (2010) e Nascimento e Carnielle (2007), mostrados no Quadro 4, considera-se a EaD como

[...] uma prática social educativa-dialógica de um trabalho coletivo, de autoria e colaborativo, articulada para o desenvolvimento de uma arquitetura pedagógica e de gestão, integrada ao uso significativo das tecnologias de informação e comunicação, voltada para a formação crítica, autônoma e emancipadora (LIMA, 2014, p. 60).

No próximo item serão analisados os conceitos de qualidade e de qualidade na EaD, bem como suas repercussões como indicadores de qualidade.

4 Conceitos de qualidade e qualidade na EaD: lente teórica e análise por indicadores

Discutir a qualidade da oferta de cursos de educação superior e a distância torna-se tarefa emergente, inclusive, pela forma como vem sendo desenvolvida no Brasil (privatista e expansionista) e no mundo. De acordo com Latchem (2015), a comunidade universitária mostra descrédito com a qualidade dos cursos, pelo fato de serem frequentemente oferecidos com intenções comerciais ou econômicas. O autor destaca que existem, dentre outras, questões relativas à oferta da EaD em nível superior e a distância que ainda não foram respondidas: que mecanismos sistemáticos e “*Quality Assurance (QA)*” são necessários para demonstrar qualidade dos cursos ofertados? Como culturas diferentes interpretam e medem a qualidade da EaD?

Enfim, para tratar de qualidade e de qualidade na educação superior e a distância, é preciso esclarecer quais os conceitos que se defende neste es-

tudo, visto que os trabalhos selecionados para a pesquisa apresentam duas distintas visões: aqueles cujos autores têm uma perspectiva economicista da educação, que é considerada como um processo produtivo, e outros que defendem um processo global, em que toda a comunidade participe do processo, que envolve a qualidade social com equidade.

Defende-se aqui uma proposta de qualidade na educação que tenha como base o segundo viés, ou seja, de qualidade social. Tal opção coaduna com o que afirma Dias Sobrinho (2010), ou seja, que a educação é um bem público, direito social e dever do Estado, e sua qualidade está imbricada na dimensão social e pública. Dourado e Oliveira (2009) veem a qualidade na educação em uma perspectiva polissêmica, cuja concepção de mundo, de sociedade e de educação evidenciam os elementos para qualificar os atributos desejáveis de um processo educativo de qualidade social, considerando os diferentes espaços, atores e processos formativos, bem como a trajetória histórico-cultural do projeto de nação referido. Por sua vez, Morosini (2009) considera a qualidade como um construto imbricado no contexto das sociedades, e cuja concepção deve ser pensada e implementada com equidade.

Considerando essas bases, conclui-se ser fundamental estabelecer dimensões e indicadores de qualidade a serem examinados como referências analíticas e políticas, e que sirvam como mecanismos de controle social, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas, programas e ações para construir uma educação superior e a distância de qualidade socialmente referendada (DOURADO; OLIVEIRA, 2009). Assim, desenvolve-se a partir daqui o conceito de qualidade social com vistas à equidade na EaD, para construir, com base nos autores selecionados, uma proposta inicial de dimensões e indicadores em nível meso e micro e que possam contribuir para a autoavaliação das instituições de educação superior no Brasil.

Denomina-se proposta inicial porque, com base na qualidade social, acredita-se que ela deva ser posteriormente validada empiricamente em cada instituição, com a participação de professores, estudantes, gestores, pesquisadores e técnicos, além de membros da comunidade externa. Não se tem como foco a análise de desempenho, e sim a definição de elementos que revelem uma direção de forma qualitativa, mostrando determinada situação para, assim, contribuir para novas ações.

Vejamos agora, a partir dos trabalhos selecionados, o que podemos entender por qualidade na EaD superior e quais poderiam ser suas dimensões e indicadores de análise em nível meso e micro institucional. De acordo com o International Council for Open and Distance Education (ICDE, 2015), como o conceito de qualidade é complexo e com uma variedade de partes interessadas, a qualidade do *e-learning* pode ser revista a partir de três níveis: macro, que engloba as dimensões gerais nacionais/globais; meso, que se refere às questões institucionais; e micro, que diz respeito ao curso como tal. Portanto, a decisão de aprimorar ou revisar a qualidade em *e-learning* na seleção do ensino superior que servirá de modelo de qualidade será influenciada pelo nível e pelo objetivo da revisão.

Consideram-se as dimensões como os múltiplos aspectos macros baseados na literatura que são relevantes em um determinado objeto e os indicadores, como elementos que geram informações do estado real do objeto, favorecendo a realização de proposições posteriores. Mais especificamente, indicadores são os elementos necessários para avaliar se os objetivos educacionais da formação a distância estão sendo desenvolvidos. Cabe salientar que se considera que esse processo deve acompanhar o fenômeno universitário como um todo, ou seja, em sua complexidade, em seu movimento, em sua articulação e interdependência, e isso não requer milhares de dados fragmentados, e sim informações que os sistematizem, relacionem e organizem e os aliviem de maneira relevante (RAMA, 2015).

Apesar de se considerar aqui a construção qualidade na EaD com base em uma perspectiva social, não se pode negar a influência internacional que o Brasil tem sofrido para que seja vista sob a perspectiva economicista. Vários documentos produzidos por organismos multilaterais e da União Europeia, principalmente a Associação Europeia para a Garantia da Qualidade no Ensino Superior (ENQA) e o Conselho Internacional para a Educação Aberta e a Distância (ICDE), vêm defendendo que o *e-learning* é um fator de qualidade da educação superior, porém, na prática, o utilizam em uma perspectiva de competitividade.

Para a oferta da educação superior com qualidade mediante o uso de *e-learning*, algumas características estão incorporadas a ela nos documentos produzidos pelas entidades citadas anteriormente: associar seu

uso à educação presencial; ser transfronteiriça ou transnacional (com previsão de garantia de mobilidade e internacionalização); proporcionar acesso público às tecnologias de informação e comunicação (contribui para o desenvolvimento dos cursos e ajuda a ampliar o fosso digital e econômico do país); desenvolver sistemas de avaliação e acreditação (RUBIN, 2010).

Na União Europeia, o ensino aberto e a distância começou a aparecer em documentos de políticas e programas de financiamento em 1988. As políticas de EaD são declaradas como instrumentos para melhorar o papel sociopolítico que a educação e a formação desempenham na busca de sucesso econômico e competitividade. Em continuidade a essa lógica, novos programas vão sendo lançados (eEurope/1999; Processo de Bolonha/1999; Comunicado de Praga/2001; Comunicado de Bucareste/2012; Comissão Europeia de Abertura da Educação/2013; The EU's Europe 2020 Strategy/2014), tendo sempre o *e-learning*, o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação e o acesso a elas como foco na área da educação (CARLSEN *et al.*, 2016).

Quando o tema é a qualidade da EaD, a maioria dos trabalhos selecionados neste estudo a relaciona com a oferta de cursos que fazem uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) ou tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC). Defendem ainda que a educação tradicional e presencial seja combinada com a educação a distância; que possua infraestrutura física e de pessoal completa para a EaD; que disponha de uma rede nacional e internacional para desenvolver ações colaborativas com mobilidade virtual; e, por fim, que o modelo pedagógico priorize a interação próxima entre alunos e professores (MALIK, 2015).

Vlachopoulos (2016) afirma que atualmente é a Associação Europeia de Garantia de Qualidade (ENQA) que coordena e formula as Normas e Diretrizes de QA no Espaço Europeu de Educação Superior. Conforme o autor, a entidade apresenta como postulado que a EaD não seja avaliada separadamente, e sim como parte integrante da educação superior. Afirma ainda que, conforme constatado em outras pesquisas, uma das principais críticas aos cursos a distância continua sendo sua baixa qualidade, enquanto a educação presencial tem sido vista como de alta qualidade.

O acompanhamento da qualidade da EaD, ainda de acordo com Vlachopoulos (2016), tem se desenvolvido de forma fragmentada e com base em nove dimensões: estrutura organizacional e administrativa da instituição para atender aos requisitos exigidos; infraestrutura tecnológica; apoio aos estudantes; planejamento e desenvolvimento educacional; educadores e apoio/formação educacional; protocolos de acesso aos serviços eletrônicos; prosperidade financeira; requisitos legais e regulamentares; e avaliação do programa. Porém, para além de analisar a qualidade da EaD com base no conteúdo ofertado, na pedagogia utilizada e nos resultados de aprendizagem, é necessário ter certa flexibilidade, uma vez que cada instituição possui uma realidade. Além disso, deve-se considerar o processo, que é composto por uma combinação de fatores que contribuem para a vivência educacional e as aprendizagens, ou seja, as necessidades dos educandos, o uso de dados para tomada de decisão, a análise administrativa e os resultados das aprendizagens dos estudantes. Vale ressaltar que a comunicação, a interação e a aprendizagem são os elementos que os estudantes destacam como constituintes da qualidade.

Singh e Mishra (2016), com o mesmo postulado de Malik (2015), defendem que um dos elementos importantes para a qualidade está relacionado com a prática da interação e da comunicação como meios para eliminar a distância entre professor e aluno. Essas ações teriam como base: as abordagens de ensino e aprendizagem desenvolvidas entre os indivíduos e grupos do curso; a utilização de rotas de estudo para os estudantes; e o estabelecimento de ambiente e linguagem amigáveis para associações pessoais.

Considerando o que já foi estabelecido para a EaD no ensino superior no Brasil e as análises dos autores citados neste e em demais estudos utilizados na pesquisa, tais como Versuti (2008), Gómez (2015) e Morosini *et al.* (2016), propõem-se dimensões e indicadores em nível meso e micro (proposto também por nós na Figura 4 a seguir) para que possam ser utilizados no processo de elaboração da autoavaliação e do acompanhamento da qualidade do uso da formação a distância nas instituições de educação superior (IES). A maioria dos autores internacionais defende a provisão de uma comissão institucional para assegurar a qualidade.

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), prevê como meca-

nismos de aferição a avaliação institucional (*in loco*), a avaliação dos cursos de graduação (*in loco*) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – Enade (BRASIL, 2004). A avaliação institucional divide-se em auto-avaliação, realizada pela IES, e avaliação externa, a cargo de comissões designadas pelo Inep. Para o desenvolvimento da avaliação interna, cada IES compõe uma Comissão Própria de Avaliação (CPA). Assim, no Brasil, essa CPA poderia também ser responsável pelo acompanhamento dos resultados das avaliações, atuando como comissão que assegure a qualidade na perspectiva social defendida pelas autoras deste artigo.



Figura 4: Níveis e dimensões de análise de qualidade na oferta de formação a distância nas IES

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base nos autores citados neste estudo.

Para o nível meso, tem-se a dimensão intitulada “Políticas e Diretrizes Institucionais”. Os indicadores vinculados a essa dimensão podem ser aferidos de forma quantitativa ou qualitativa, conforme o Quadro 5.

Ao considerar o nível micro, chega-se às dimensões constantes do Quadro 6 a seguir, também construídas com base nos autores já citados neste estudo.

Nível Meso		
Dimensão: Políticas e Diretrizes Institucionais		
Indicadores		
Documentos Institucionais	Articulação e Presença da EaD	Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) Projeto Pedagógico Institucional (PPI) Estatuto Regimento Autoavaliação institucional Representação nos organismos superiores das instituições
	Definição, uso e clareza dos objetivos da EaD	Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) Projeto Pedagógico Institucional (PPI) Estatuto Regimento Autoavaliação institucional Uso da EaD em cursos presenciais Representação nos organismos superiores das instituições
Gestão Específica da EaD	Cargos de Gestão específicos para atuar na EaD	Cargos de gestão para EaD dentro das Reitorias ou Diretorias
	Estrutura para Desenvolvimento da EaD	Unidade, Secretaria, Centro, coordenação ou órgão de EaD Equipe multidisciplinar
	Ênfase na estrutura organizacional que incentiva processos democráticos, de diálogo e trabalho coletivo nas tomadas de decisão	Comissões de trabalho Reuniões colegiadas Processos de tomada de decisão de forma colaborativa e colegiada
	Sistemas de formação inicial e continuada para EaD	Oferta de Cursos de formação docente Material de orientação de uso da EaD em cursos presenciais
	Estabilidade da oferta dos cursos	Continuidade dos cursos
	Política de registro e acompanhamento discente EaD	Admissão, registro, reconhecimento e certificação acadêmica dentro do registro global da IES Regulamentos predefinidos com a inclusão de alunos EaD Acompanhamento de egressos
	Política de transitabilidade permanente do discente EaD	Mobilidade estudantil entre cursos e instituições Mobilidade dentro do próprio curso Presença de alunos e professores estrangeiros
	Relações com outras instituições de EaD	Pesquisa Mobilidade estudantil Cooperação interinstitucional
Mecanismos de Acompanhamento	Avaliação de cursos e projetos a distância	Autoavaliação institucional Membro pesquisador EaD na CPA
	Garantia de Qualidade	Pesquisa Estatísticas História, tendências e provisões
Efetividade social	Financiamento global da IES Custos baseados na pertinência social	Relação custo x aluno inicial e final Autonomia das decisões e processos financeiros

Quadro 5: Dimensão das políticas e diretrizes institucionais em nível meso

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Nível Micro		
Dimensão	Indicadores	
Gestão	Administrativa	Criação coletiva de documentos institucionais de regulamentação da oferta da EaD (projetos, regimentos e regulamentos) Coordenação do trabalho da equipe multidisciplinar de EaD Planejamento, coordenação e desenvolvimento de cursos, projetos e ações que envolvam a EaD, com critérios e instrumentos de coordenação e acompanhamento de cada etapa Organização do banco de dados do sistema: registro e acompanhamento acadêmico, cadastro de professores, designers, programadores, tutores, coordenadores e outros Promoção de logística de suporte aos processos de tutoria presencial e a distância, produção e distribuição de material
	Pedagógica	Construção coletiva de documentos para a oferta de Cursos em EaD Desenvolvimento e disponibilidade de cronograma, informações e ações de cursos em EaD Construção de mecanismos de acompanhamento do desenvolvimento dos cursos – da atuação docente, tutoria e atendimento ao cronograma Construção de mecanismos de acompanhamento do desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem dos cursos: estatística dos resultados de aprendizagem. Material de orientação e regulamentação do uso da EaD em cursos presenciais
	Financeira	Consonância com o Projeto Pedagógico de Curso, número de vagas e investimentos no curso Aquisição de materiais e equipamentos Logística de entrega de materiais e encontros presenciais Relação financiamento x custo x evasão
Organização didático-pedagógica e processos comunicativos	Interação docente, discente, coordenadores, equipe de apoio e entre grupos	Utilização de recursos tecnológicos para interação no curso <i>Feedback</i> aos trabalhos e questões como orientação e tempo útil Orientações sobre recursos disponíveis. Decisões partilhadas para o desenvolvimento do processo pedagógico
	Materiais didáticos elaborados especificamente para o curso	Orientações detalhadas sobre o percurso do processo de ensino e aprendizagem para o aluno (rotas de estudo). Materiais orientadores sobre o curso. Materiais do curso compatíveis com o Projeto Pedagógico e o Currículo. Equilíbrio entre as atividades individuais e colaborativas Materiais orientadores sobre o uso da EaD em cursos presenciais
	Plataforma digital e <i>mobile-learning</i>	Definição de um ambiente, plataforma ou espaço virtual para os processos de interação e mediação pedagógica Uso de variadas ferramentas digitais de informação e comunicação: chat, Fórum, mensagem, WhatsApp, redes sociais, Código Bidimensional (QR Code), YouTube, vídeo e web conferência, gamificação, comunidades de aprendizagem, uso de dispositivos móveis, dentre outros
	Educação híbrida	Uso de tecnologias digitais de informação e comunicação Uso de espaços presenciais e a distância Uso de diversas abordagens metodológicas Uso de espaços formais e não formais

Quadro 6: Dimensão das políticas e diretrizes institucionais em nível micro

Fonte: Elaborado pelas autoras.

(Continua...)

	Currículos inovadores	Explicitação da teoria e prática de forma articulada Previsão de práticas pedagógicas Flexibilidade de tempo e espaço
	Avaliação processual e final	Avaliação compreensiva, embasada nos objetivos, trabalho acadêmico e práticas pedagógicas Uso de diferentes processos de avaliação durante o curso Monitoramento dos caminhos trilhados individualmente e de cada grupo de estudantes
Orientação e acompanhamento ao aluno	Formação em EaD	Orientação e domínio do uso dos recursos tecnológicos utilizados
	Acompanhamento, apoio e permanência	Relação matriculados e concluintes por turma Auxílio alimentação e transporte, quando for o caso Programas de inserção acadêmica: iniciação científica, monitoria e projetos de extensão Ofertas de estudos ou cursos compensatórios, inclusive na área da tecnologia
	Internacionalização	Mobilidade virtual em atividades fora do país
Orientação e acompanhamento para o docente	Titulação e formação condizente e em EaD	Conhecimento e formação específica das possibilidades em EaD Ter orientação/formação e domínio do uso dos recursos tecnológicos utilizados
	Apoio ao desenvolvimento dos cursos	Formação específica sobre o curso Apoio da gestão pedagógica, técnica e tecnológica para o desenvolvimento do curso Apoio nos cursos presenciais com uso da EaD
	Monitoramento constante do desenvolvimento das turmas e dos alunos	Mecanismos rotineiros e implementados para acompanhamento do desenvolvimento pedagógico, de acesso e uso das ferramentas tecnológicas no curso pelos estudantes
Infraestrutura, tecnologia e inovação	Desenvolvimento e sustentabilidade da infraestrutura tecnológica	Plataforma/Ambiente/Espaço Digital Biblioteca Virtual com textos e materiais previstos nos cursos Sistema centralizado com apoio, desenvolvimento, manutenção e atendimento digital
	Disponibilidade de informações e suporte	Informação e formação aos estudantes e demais profissionais sobre como lidar com as bases de dados, empréstimos/acessos interbibliotecas, como salvaguardar materiais de estudo Alunos e professores possuem acesso à assistência técnica, sessões práticas antes do início do curso e acesso satisfatório à equipe técnica Serviço de <i>helpdesk</i> ágil aos estudantes e demais profissionais
	Acesso e desenvolvimento pedagógico em diversos recursos tecnológicos	Chat, Fórum, mensagem, WhatsApp, redes sociais, Código Bidimensional (QR Code), YouTube, vídeo e web conferência, gamificação, dentre outros
	Equidade e justiça digital	Formação técnica para estudantes, docentes, técnicos, gestores e demais profissionais para o uso das tecnologias da informação e comunicação e para as tecnologias digitais de informação e comunicação. Promoção de comunidades interativas a partir dos interesses e necessidades dos atores

(continuação) Quadro 6: Dimensão das políticas e diretrizes institucionais em nível micro

Fonte: Elaborado pelas autoras.

5 Conclusão

Diante do exposto e considerando a importância de se ressignificar as discussões sobre qualidade e, a partir desta, da qualidade em EaD, há de se pensar o movimento que se estabelece em uma reflexão teórica que configure determinada proposição. É esta a tentativa que se fez no trabalho em tela. O movimento aqui mencionado tem a ver, portanto, com olhares e lugares implicados em uma definição que não é descolada, em hipótese nenhuma, de um contexto referenciado teoricamente e que precede a proposição de todo e qualquer indicador, no caso, de qualidade, configurando o entendimento que o 'localiza' em uma determinada perspectiva, e não em outra.

No presente trabalho a perspectiva da qualidade social precede a toda e qualquer alusão ao indicador, portanto, a diáde qualidade social *versus* indicador é tomada aqui como necessária, talvez não suficiente para se pensar a consolidação da oferta com qualidade da EaD, na expectativa de uma democratização que avance na e para a construção da cidadania, mediante sua oferta gratuita e pública. Afirmar tais valores como princípios que intencionam uma oferta educativa/formativa é fundamental para que, a partir daí, se proponham indicadores. Trabalhar com indicadores requer uma certa "profissão de fé" no sentido de se incluir/pensar os valores e princípios antes mencionados, de modo que se faça a adesão a um ideal que sustente a qualidade da educação e, por consequência, da qualidade em EaD.

Considera-se que o movimento externado no trabalho seja o início de um debate que constitua significados outros que possam ir além de uma visão mais implicada com desígnios mercadológicos, tais como os encontrados em parte da revisão de literatura que deu base às reflexões, ou ainda que, por conta das especificidades da EaD, se tenha uma visão apartada dos cotidianos institucionais, propondo indicadores que salientem mais essa condição do que a do processo educativo.

O grande desafio, ao que parece (e uma das aprendizagens que se teve neste trabalho), será o de pensar/refletir sobre os trânsitos e movimentos teóricos implicados entre intenções, níveis, dimensões e indicadores que corroborem, de fato, uma qualidade que contribua para a superação das desigualdades sociais e históricas como as que existem no Brasil.

Nota dos autores

1 Esta pesquisa foi realizada com apoio da Capes/Fapeg e CNPq.

Referências

- AIRES, L. E-learning, Educação Online e Educação Aberta: Contributos para uma reflexão teórica. *Revista Iberoamericana de educación a distancia – RIED*, Madrid/Espanha, v. 19, n. 1, p. 253-269, 2016. Disponível em: <http://revistas.uned.es/index.php/ried/article/view/14356/>. Acesso em: 10 fev. 2019.
- AJMERA, R.; DHARAMDASANI, D. K. E-learning Quality Criteria and Aspects. *International Journal os Computer Trends and Technology*, Thennur/India, v. 12, n. 2, p. 90-93, 2014. Disponível em: <https://arxiv.org/pdf/1406.7744.pdf/>. Acesso em: 13 jan. 2019.
- ALONSO, K. M. A expansão do ensino superior no Brasil e a EaD: Dinâmicas e Lugares. *Educ. Soc.*, Campinas, SP, v. 31, n. 113, p. 1319-1335, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/14.pdf/>. Acesso em: 12 jan. 2019.
- BERTOLIN, J. C. G.; MARCHI, A. C. B. de. Instrumentos para avaliar disciplinas da modalidade semipresencial: uma proposta baseada em sistemas de indicadores. *Avaliação*, Campinas/SP, v. 15, n. 3, p. 131-146, 2010. Disponível em: <http://submission.scielo.br/index.php/aval/article/view/28408/3477/>. Acesso em: 14 jan. 2019.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep). *Censo da Educação Superior*: Sinopse Estatística 2002; 2016; 2018. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior/>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep). *Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes*, n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm/. Acesso em: 20 de jun. 2019.
- BRASIL. *Decreto 9.057, de 25 de maio de 2017*. Regulamenta o artigo 80 da Lei no 9.394. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm . Acesso em: 15 set. 2017.
- CARLSEN, A.; HOLMBERG, C.; NEGHINA, C.; OWUSU-BOAMPONG, A. *Closing the gap – Opportunities for distance education to benefit adult learners in higher education*. Germany: Unesco Institute for Lifelong Learning (UIL), 2016. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002432/243264e.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

DIAS SOBRINHO, J. Democratização, qualidade e Crise da Educação Superior: faces da exclusão e Limites da Inclusão. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, SP, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, 2010.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. *Cad. Cedes*, Campinas, SP, v. 29, n. 78, p. 201-215, 2009.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. de; SANTOS, C. A. *A qualidade da educação: conceitos e definições*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

GÓMEZ, M. J. R. Indicadores, experiencias y problemas en la evaluación de la educación a distancia. In: RAMA, C. (Org.). *Los problemas de la evaluación de la educación a distancia en América Latina y el Caribe*. 2015. Disponível em: <http://www.caled-ead.org/sites/default/files/files/libro-caled-2015.pdf/>. Acesso em: 10 jan. 2019.

ICDE. International Council for Open and Distance Education. *Quality models in online and open education around the globe: State of the art and recommendations*. Project coordinator: EADTU – European Association of Distance Teaching Universities, 2015. Disponível em: <https://www.icde.org/quality-models-in-online-and-open-education-around-the-globe/>. Acesso em: 15 mar. 2019.

LATCHEM, C. Garantia de qualidade na educação a distância online. In: ZAWACKI-RICHTER, O.; ANDERSON, T. (Org.). *Educação a distância online: construindo uma agenda de pesquisa*. São Paulo: Artesanato Educacional, 2015. p. 319-353.

LIMA, D. C. B. P. *Documento técnico contendo estudo analítico do processo de expansão de EaD ocorrido no período 2002-2012, particularmente no que se refere aos cursos de formação de professores nas IES públicas e privadas*. 2014. Produto 02. Projeto Conselho Nacional de Educação/Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Disponível em: http://mecsrv125.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=16510&Itemid=/. Acesso em: 26 mar. 2017.

LIMA, D. C. B. P.; ASSIS, L. M. de. Arena constitutiva da educação superior a distância: as regras do jogo e como o jogo é jogado. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Brasília, v. 34, n. 1, p. 9-16, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpaec/article/view/82461/48874/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

MALIK, S. K. Strategies for Maintaining Quality in Distance Higher Education. *Turkish Online Journal os Distance Education*, Eskisehir/Turkey, v. 16, n. 1, p. 238-248, 2015. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1092842.pdf/>. Acesso em: 19 mar. 2019.

MILL, D.; OLIVEIRA, M. R. G. A educação a distância em pesquisas acadêmicas: uma análise bibliométrica em teses do campo educacional. *Educar em revista*, Curitiba, n. 4, p. 15-36, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/nspe4/0101-4358-er-esp-04-00015.pdf/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

MONTEIRO, A.; MOREIRA, J. A. O *Blended Learning* e a integração de sujeitos, tecnologias, modelos e estratégias de ensino-aprendizagem. In: MONTEIRO, A.; MOREIRA, J. A.; ALMEIDA, A. C.; LENCASTRE, J. A. (Orgs.). *Blended Learning em contexto educativo: Perspectivas Teóricas e práticas de investigação*. 2. ed., Santo Tirso/Portugal: De Facto Editores, 2013. p. 19-32.

MOROSINI, M. C. Qualidade na educação superior: tendências do século. *Revista Estudos em avaliação educacional*, São Paulo, v. 20, n. 43, p. 165-186, 2009. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/ae/arquivos/1487/1487.pdf/>. Acesso em: 13 abr. 2018.

MOROSINI, M. C. *et al.* A qualidade da educação superior e o complexo exercício de propor indicadores. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 64, p. 13-37, 2016.

NASCIMENTO, F. P. do; CARNIELLI, B. L. Educação a distância no Ensino Superior: Expansão com qualidade? *Educação Temática Digital*, Campinas, SP, v. 9, n. 1, p. 84-98, 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/740/>. Acesso em: 23 jan. 2019.

OLIVEIRA, J. F. de; LIMA, D. da C. B. P. Pós-Graduação e Educação a Distância: Novos fins, natureza e *modus operandi* em construção. In: CASTRO, A. *et al.* (Orgs.). *Educação Superior em países e regiões de Língua Portuguesa: Desafios em Tempo de Crise*. Lisboa: Educa, 2018. p. 215-242.

RAMA, C. Las complejidades de evaluar y acreditar la educación a distancia. In: CORBACHO, J. B. *et al.* (Org.). *Los problemas de la evaluación de la educación a distancia en América Latina y el Caribe*. Ecuador: Ediloja, 2015. p. 09-16.

RUBIN, Y. Modern E-learning: Qualitative education acessibility concep. In: European Association for Quality Assurance in Higher Education. *Quality Assurance of E-learning*. Finland, 2010. p. 18-27. Disponível em: https://enqa.eu/indirme/papers-and-reports/workshop-and-seminar/ENQA_wr_14.pdf/. Acesso em: 10 jan. 2019.

SABA, F. Métodos de estudo em educação a distância: revisão crítica de literatura recente selecionada. In: ZAWACKI-RICHTER, O.; ANDERSON, T. (Orgs.). *Educação a distância online: construindo uma agenda de pesquisa*. São Paulo: Artesanato Educacional, 2015. p. 153-173.

SANGRÀ, A.; VLACHOPOULOS, D.; CABRERA, N. Building an Inclusive Definition of E-Learning: an Approach to the Conceptual Framework. *The International Review of Research in Open and Distance Learning*, Athabasca/Canadá, v. 13, n. 2, p. 145-159, 2012. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ983277.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

SHARPLES M.; ARNEDILLO-SÁNCHEZ, I.; MILRAD, M.; VAVOULA, G. Mobile Learning. In: BALACHEFF, N.; LUDVIGSEN, S.; DE JONG, T.; LAZONDER, A.; BARNES, S. (Orgs.). *Technology-Enhanced Learning*. Dordrecht: Springer, 2009. p. 233-249.

SINGH, B.; MISHRA, P. Quality Assurance in Distance Education. *Journal of Applied Research in open and distance education*, Bingley/United Kingdom, v. 24, n. 1, p. 85-92, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/319292174_Quality_Assurance_In_Distance_Education/stats/. Acesso em: 10 nov. 2018.

SOUSA, L. S. de L.; LIMA, D. da C. B. P. Atos normativos do Conselho Federal de Educação e do Conselho Nacional de Educação: o desvelar da trajetória da educação superior a distância no Brasil. *Eccos Revista Científica*, São Paulo, n. 44, p. 143-158, 2017. Disponível em: <http://www4.uninove.br/ojs/index.php/eccos/article/viewFile/7886/3652/>. Acesso em: 10 mar. 2018.

VERSUTI, A. C. Uma comparação entre critérios de qualidade para avaliação de cursos a distância. *Anais [...] Congresso ABED 2008*. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/5122008121658AM.pdf/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

VLACHOPOULOS, D. Assuring Quality in E-Learning Course Design: The Roadmap. *International Review of Research in Open and Distributed Learning*, Athabasca/Canadá, v. 17, n. 6, p. 183-215, 2016. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1122217.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2018.

Recebido em 20 set. 2019 / Aprovado em 17 dez. 2019

Para referenciar este texto:

LIMA, D. C. B. P.; ALONSO, K. M. Qualidade e educação a distância: do referencial teórico à sua proposição. *EccoS – Revista Científica*, São Paulo, n. 51, e15250, out./dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/EccoS.n51.15250>.